

Decisão ORDINÁRIA Nº 2949/2002 Processo TCDF Nº 2020/1995

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3680, DE 30 DE JULHO DE 2002

PROCESSO Nº 2.020/95 (anexo o Processo GDF nº 30.011.992/94)

RELATOR: Conselheiro RONALDO COSTA COUTO

EMENTA: Reversão à atividade e nova aposentadoria de JOSIEL CARDOSO RIBEIRO-SE.

DECISÃO Nº 2949/2002

O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - QUANTO À REVERSÃO: a) tomar conhecimento do documento de fl. 145, bem como da anulação da peça de fl. 110, dando por atendidas as recomendações constantes dos itens "b.1" e "'b.2" da Decisão nº 6190/01 (fl. 140); II - QUANTO À APOSENTADORIA: a) tomar conhecimento das razões de defesa consubstanciadas nas peças de fls. 147 (da Administração) e 151/175 (do servidor), em atendimento à alínea "c" da referida Decisão nº 6.190/01; b) considerar ilegal a aposentadoria em exame, com recusa do registro, por falta de requisito temporal, tendo em conta que o período de 03.09.64 a 14.02.70, bem como os tempos averbados de 02.01.59 a 30.04.61 e 03.07.61 a 03.07.63, todos prestados em cargos diferentes do de Professor, não se aproveitam para a modalidade especial magistério, devendo a Secretaria de Estado de Educação - SE/DF, no prazo de 30 (trinta) dias, adotar as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria; c) orientar a jurisdicionada que poderá ser concedida nova aposentadoria ao interessado com esteio no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98, na modalidade "voluntária-integral", computando-se, para esse fim, o tempo de inatividade até 16.12.98, com vistas a suprir os 850 dias (justificados judicialmente) caso o servidor não apresente nenhum fato novo que justifique o referido aproveitamento, com base no Enunciado nº 27 das Súmulas de jurisprudência do TCDF.

Presidiu a Sessão: o Presidente em exercício Conselheiro ANDRADE NETO. Votaram: os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, JORGE CAETANO, ÁVILA E SILVA e JACOBY FERNANDES e o Conselheiro-Substituto JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS. Participou: a representante do MPjTCDF, Procuradora-Geral em exercício CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

SALA DAS SESSÕES, 30 DE JULHO DE 2002

PUBLICAÇÃO: DODF de 12/08/2002, págs. 20 a 23 Em 29/08/02 Decisão 2946/02 proc. no. 2068/89